

João Francisco Marques¹

Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX

R E S U M O

As Invasões Francesas, evento-charneira do fim do Antigo Regime e da Implantação do Liberalismo, na visão de Henrique Schaeffer, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, autores que deixaram notória presença na historiografia portuguesa oitocentista, embora envolta em véus ideológicos, proporcionam motivos bastantes para justificada revisita e óbvio cotejo.

Nas sínteses mais credenciadas da história de Portugal, globais ou restritas a eventos dinásticos e político-militares, aparecidas no século XIX, as invasões francesas, acontecimento – charneira entre o definhar do Antigo Regime e o advento da revolução liberal vintista são mencionadas com justificado relevo e merecem por certo pertinente análise, em momentos comemorativos que a memória colectiva não deve silenciar. Natural será, pois, a curiosidade de revisitá-lo que urdiu a tal respeito, por exemplo, a pena de Henrique Schaeffer, Acúrsio das Neves, Luz Soriano, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, espíritos de formação e talento literário diversos. Se, no século XIX, o factual era para o historiador preocupação dominante, a interpretação de cerne judicioso, a sedução do recorte literário romântico e o inflamado patriotismo entreteciam o trilha narrativo do passado, fiel a assumido escopo diacrónico. A não inclusão de José Acúrsio das Neves, autor de dois providos volumes referentes ao evento, que poderiam rotular-se de “história imediata”, foi intencional, dado a sua demasiada extensão impor um tratamento específico.² Note-se desde logo que as obras escolhidas, para além de publicadas em maré de triunfante liberalismo político e de crescente busca de fontes e de objectividade crítica, não escapam a interferências ideológicas, o que redobra a motivação para a iniciativa tentada. Por sua vez, a obra de Latino Coelho, *Historia Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, de que se publicaram 3 tomos, também não foi contemplada, pois infelizmente se ficou pelos fins da era setecentista.³ Já a monumental *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, de Sebastião José da Luz Soriano, cuja “Segunda Época”, consagrada à Guerra Peninsular, é constituída por 7 volumosos tomos, aliás de grande importância por sua feição factológica e documental, só por motivos análogos à da Acúrsio das Neves não integrou esta análise.⁴

¹ Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

² José Acúrsio das Neves (1766-1834), *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração d'este reino*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 8 ts, 1810-1811. Sem data, mas da década de 1980, foi reeditada nas *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, em 2 volumes, pelas Edições Afrontamento, do Porto. Pelos dissabores sofridos, informa Inocêncio, o autor, «molestado com as censuras de uns, e com as queixas de outros», deixou a empresa incompleta. Cf. Francisco Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 182.

³ José Maria Latino Coelho (1825-1891), *História Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, t. I (1874), t. II (1885), t. III (1891). Para Fidelino de Figueiredo, esta obra, solidamente fundada em documentação nova, é um bom exemplar do estilo histórico e um excelente quadro da política externa de Portugal, desde a reacção de D. Maria I contra a política pombalina até ao fim da campanha do Russilhão e da Catalunha em 1795». Cf. *História Literária de Portugal (Sécs. XII-XX)*, Coimbra, Editorial Nobel, 1944, p. 360.

⁴ Sebastião José da Luz Soriano (1802-1891), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Compreendendo a história diplomática, militar e política d'este reino desde 1777 até 1834, Lisboa, Imprensa Nacional, 17 vols., 1866-189: 1ª Época, t. I (1866), t. II (1867), t. III (doc., 1879); 2ª Época, t. I (1870), t. II (1871), T. III (1874), t. IV (doc.: P. I e P. II, 1876), t. V (doc.: P. I e P. II, 1893); 3ª Época, t. I (1881), t. II (doc.: P. I e P. II, 1882), t. III (doc.: P. I e P. II, 1883), t. IV (1884), t. V (1885), t. VI (doc., 1887) e t. VII (doc., 1890). No t. II da Segunda Época entre as páginas 666-711 são descritas a entrada de Junot em Abrantes (24.11.1807) e em Lisboa (29.11), o embarque da família real (24.11) e a saída da barra (29.11). Considerando Luz Soriano como «o historiador oficial do constitucionalismo», Fidelino de Figueiredo (*op. cit.*, pp. 358-359) escreve: «A sua obra nasce da dogmática suficiência que anima todo o regime político novo, que quer recordar as revoluções e as circunstâncias históricas de que nasceu, para se comparar ao passado e concluir

Ao tomar-se a *História de Portugal* do professor universitário alemão Henrique Schaeffer, nascido em 1794 e falecido em 1868, publicada ao longo de década e meia, de 1836 a 1854, compreende-se que Latino Coelho a considerasse «porventura a mais completa e conscienciosamente escripta como historia geral do reino».⁵ Traduzida do original por Sampaio Bruno e a continuou e o mesmo fez José Agostinho,⁶ afirma Alexandre Herculano que é o melhor livro que conhece relativo à História de Portugal⁷, testemunho que abona bem a sua qualidade. Para o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, o seu valor aumentou com o vasto e importante «repositório de factos e documentos, inéditos uns, pouco sabidos outros, [...] coligidos pela diligência e curiosidade» do compilador, José Lourenço Domingues de Mendonça, seu primeiro tradutor português.⁸ Elaborada cerca do período das invasões napoleónicas, a evocação que lhe consagra e se alonga por uma centena de páginas do quinto tomo segue a linha da historiografia positivista.⁹ Daí, os eventos políticos, militares e diplomáticos deterem a primazia, sem que algo do que hoje se trata no âmbito específico do económico, social e cultural deixe, aqui e além, de ser aflorado. De salientar, serão, talvez, os dados quantitativos a que dá, na verdade, algum relevo, embora sejam retirados da célebre obra de Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*.¹⁰ Notória é a agressividade com que se refere aos franceses, se bem que seja sóbrio quanto ao heroísmo lusitano. Sublinha o génio estratégico de Wellington e o sentido organizador de Beresford patente no exército disciplinado que soube mobilizar, sem omitir a forma autoritária como ladeava o poder político. Acentua com suficiente recorte a resistência popular anti-francesa que, a modo de guerrilha, portugueses e espanhóis sustentaram contra as tropas invasoras. Faz ainda menção à actividade desenvolvida pela polícia de Lisboa na conjuntura. De início colaboradora com o ocupante, como aliás os poderes políticos e religiosos, seguindo a recomendação do Príncipe Regente à partida para o Brasil, após o levantamento patriótico de 1808 e o desembarque inglês, adere à revolta e auxilia o povo a repelir o exército intruso. Atente-se na rápida pincelada impressionista do estado deplorável em que os contingentes de Junot, passivamente aceites, atingiram a capital portuguesa: «Metade dos soldados assemelhava-se a cadáveres: todos os dias os lavradores traziam para Lisboa soldados carregados sobre os seus burros, sem armas, com as vestes esfarrapadas, descalços, desfigurados e quase moribundos. Vários faleceram ao chegar».¹¹ Sublinha a importância da pregação dos frades em ordem a alentar a rebelião popular, bem como a força do boato, dos rumores, das notícias que se difundiam pelo vulgo. Positivo é o entendimento que faz da decisão da família real ao abalar do país com a corte, bem como das juntas criadas em Portugal e Espanha, a fim de assegurar a resistência.

Diversas e de vária proveniência são as fontes de que se serve: francesas, como o periódico *Moniteur* (13.11.1807), inglesas e sobretudo alemãs. Das portuguesas, a mais utilizada é a obra de José Acúrsio das Neves, *História das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração do Reino*, de que chega a trasladar algumas passagens. Mas lança igualmente mão de monografias, memórias, panfletos e periódicos, e mesmo de uma panóplia documental de proclamações e decretos. De quantos subsídios mais se poderiam recolher sobre as invasões napoleónicas nas

por uma apologia própria. [...] Sem grande espírito crítico e sem grande capacidade de síntese, a sua obra é de um paciente beneditino, que dia a dia vai compendiando factos e comentando-os um a um, com prolixidade fastidiosa».

⁵ Cf. Latino Coelho, *op. cit.*, I, p. XXV.

⁶ Henrique Schaeffer (1794-1868), professor na Universidade de Giessen, publicou a *Geschichte von Portugal*, de 1836-1864, tendo aparecido traduzida e continuada, em cinco tomos, por J. Pereira de Sampaio (Bruno): *História de Portugal desde a Fundação da Monarchia até á Revolução de 1820*, Porto, Empreza Editora, 1893-1902. A primeira versão portuguesa, traduzida do francês por José Lourenço Domingues de Mendonça, em 13 volumes, publicados de 1842-1847, ficou, porém, incompleta. Apareceu ainda, na versão portuguesa de Sampaio Bruno, um VI volume, com texto da autoria de José Agostinho, editado no Porto, Livraria Nacional e Estrangeira, s/d. A propósito desta obra, observou Francisco Adolpho Varnhagen: «Nem história política, nem á maneira de Guizot, história fabricada na sua cabeça para efeito filosófico qualquer que seja a verdade, Schaeffer estuda profundamente os factos, e narra-os com fidelidade, citando as fontes e desassombrado de preconceitos», in *Revista Universal Lisbonense*, t. I (1841), p. 23. Para Fortunato de Almeida, a história de Schaeffer mostra dificuldade em «compreender certos aspectos da vida nacional; delinear o carácter das instituições públicas e sociais; avaliar-lhes o alcance e o valor relativo. [...] Escrevendo numa época em que apenas começava a pesquisa de nova documentação portuguesa, como elemento essencial da reconstrução histórica, Schaeffer não pode aproveitar os imensos materiais acumulados há cerca de um século e que alteraram profundamente muitas páginas da história portuguesa, revelaram novos factos e determinaram conceitos imprecisos». Mesmo sem considerar os defeitos da tradução portuguesa, conclui que ela « não tem actualidade científica e tornou-se de todo inaceitável em muitas de suas páginas ». Cf. *História de Portugal*, I, Lisboa. Promoclue, s/d., pp. 11-12.

⁷ Cit. por José Pereira Sampaio (Bruno), «Nota Histórica», in *op. cit.*, t. V, p. 378.

⁸ Cf. Inocêncio, *op. cit.*, IV, p. 424.

⁹ A referência às invasões francesas encontra-se no t. V (1902) da tradução portuguesa, a pp. 343-445), que utilizamos para citar. Se o rosto da obra traz a data de 1899, a capa apresenta o ano de 1902 e o editor A. Figueirinhas.

¹⁰ Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, 2 ts, Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.

¹¹ Cf. H. Schaeffer, *op. cit.*, V, p. 363.

notícias e comentários dispersos nos suportes testemunhais que Schaeffer refere, se depreende o que, a dado passo, escreve: «Mensageiros secretos (Junot apossava-se das cartas, vindas pelo correio, pelo que pudessem derramar má disposição contra os franceses), das Juntas constituídas em Sevilha, Badajoz, Ciudad-Rodrigo e outras localidades trouxeram aos oficiais instucções para que regressassem aos lares pátrios, em nome da honra, da religião e da pátria; cartas particulares, endereçadas aos militares, estimulavam estes a que viessem em socorro de suas famílias e da pátria».¹² De facto, todo esse *corpus* forneceria mais pormenorizadas achegas ao desenvolvimento da ofensiva e recuo das hostes invasoras no tecido global narrativo das campanhas, podendo ajuizar-se da sua objectividade no cotejo com fontes militares fidedignas.

*

Brilhante espírito de portentosa fecundidade foi Oliveira Martins que, mal chegado a meio século de vida – nasceu em 1845 e faleceu em 1894 –, se distinguiu já como engenheiro, economista, político, jornalista, dramaturgo, ensaísta e historiador, com uma obra escrita de altíssima valia. Menéndez y Pelayo tinha-o como «o maior artista histórico que a Península produzira no seu tempo».¹³ Para o autor de *Os Filhos de D. João I*, a história era um drama de que, tal como os gregos faziam nas tragédias, importava extrair «uma lição moral» a reflectir-se no destino da *polis*. A exigência ética que o dominava conduziu-o a toldar de pessimismo, ou derrotismo, no parecer de António Sérgio, a análise literariamente sedutora da sua *História de Portugal*, aparecida em 1879 e hoje ostentando sucessivas edições.¹⁴ Atraía-o a sistematização interpretativa das causas, a fim de fundamentar a explicação dos efeitos em cuja narratividade perpassa o olhar do visionário de severos agoiros. Se Oliveira Martins considerava inconciliáveis a ciência e a história, era porque entendia que esta devia fluir livre como a narrativa de um romance verdadeiro que tinha os homens por autores, conforme Paul Veyne sustenta.¹⁵ Por isso, em suas recriações históricas há revivalismos intensos e patéticos, a lembrar os claros-escuros barrocos de Rembrandt e Caravaggio, que pretendia os aceitassem como os relatava.

Do conjunto de eventos que conduzem às invasões francesas enumera: a Campanha do Roussillon (1793) conduzida contra a França revolucionária e a subsequente quebra do comércio; a guerra das laranjas (1801) e a desorganização da defesa do país com a penalização da perda de Olivença; o Bloqueio Continental (1806) e a tentativa do encerramento dos portos portugueses ao comércio inglês; a submissão do governo ao jogo dos imperialismos e estratégias diplomático-militares britânicas; o tratado de Fontainebleau que abriu a porta à retaliação napoleónica.¹⁶ A sobrançeria da nobreza e do clero, o parasitismo e corrupção dos dirigentes, a demência da rainha e a imbecilidade do Príncipe-Regente acabaram por reduzir o povo, analfabeto e obscurantista, à indigência e lamentável condição em que se encontrava. O crescente pulular de jacobinos e predreiros-livres endossava-o Oliveira Martins ao abuso que os eclesiásticos faziam do confessionalário e do púlpito, com o Anti-Cristo personificado por Napoleão e sucessivamente nos carrascos Junot, Soult e Massena. O embarque da corte rumo ao Rio de Janeiro soa como marcha fúnebre e dobre de finados: «A onda da invasão varria diante de si o enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, mosenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cais de Belém. [...] Os navios largavam o pano, na volta do mar, e fizeram proa ao sudoeste, caminho do Brasil. Enquanto a esquadra esteve à vista, pairando, os altos da cidade, donde se descobre o mar, apareciam coroados de povo, mudo e aflito. As salvas dos navios ingleses que bloqueavam o Tejo troavam lugubramente ao longe. O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma

¹² *Ibidem*, p. 368.

¹³ Cit. por Joaquim Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1962, p. 273.

¹⁴ *Obras Completas de Oliveira Martins, História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 15ª ed. 1968. Reconhecendo que exerceu uma influência «profunda e duradoura» e «possuía eminentes dotes artísticos», Fidelino de Figueiredo, (*op. cit.*, pp. 404-405), ao falar de Oliveira Martins como historiador, observa: «Simbolista, atribuía frequentemente exagerado significado aos sucessos; pessimista comprazia-se na crítica negativa, aferindo os sucessos humanos pelos modelos ideais de perfeição que tinha no espírito. A sua obra histórica é uma ressurreição artística, em que desfilam personagens, passam exércitos, presenciavam-se batalhas e chocam-se interesses». De juízo algo severo, Fortunato de Almeida (*op. cit.*, I, p. 11), por sua vez, afirma: a *História de Portugal* de Oliveira Martins é «uma série de quadros em que os preconceitos filosóficos e o cálculo de efeitos literários substituem a realidade objectiva da história». Não a considerando mais que «peça literária dominada de sentimentos pessoais», relega-a «do âmbito da história propriamente dita, onde jamais pôde servir de guia a quem pretendesse ilustrar-se em tais matérias».

¹⁵ Cf. Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire, Essai d'Epistemologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1971, p. 13.

¹⁶ A referência às invasões francesas, na edição de 1968 da *História de Portugal*, encontra-se nas pp. 513-527.

solidão».¹⁷ A invasão em tempo real, observável e observada, arranca com a entrada do exército de Junot pelas Beiras, rumo a Lisboa, perante a passividade das populações, que seguiram a recomendação do Regente, cumprindo-a também a nobreza e o clero subservientemente, numa atitude de reaccionarismo primário. O iberismo do historiador esbraceja na esperança messiânica do *Libertador* a chegar. E por que não havia de ser o governo de Junot essoutra alternativa possível à união com Espanha? A rejeição virá mais adiante. Dos três marechais bonapartistas, aponta como pior Massena, depredador e sanguinário. O saque do reino cadavérico e o comportamento opressor dos franceses conduziram à inevitável rebelião do povo. A luta de guerrilhas, o auxílio militar britânico e o êxito das tropas regulares, organizadas e disciplinadas, que paradoxalmente são recrutadas na “anarquia espontânea”, acabaram por expulsar o inimigo. A situação interna é, porém, de completa sujeição ao imperialismo inglês. A estratégia militar de Wellington explora o soldado e Beresford, a quem tratam como “procônsul” e “rei”, não deixa de incarnar a prepotência. Os tratados de 1808 e 1810 acorrentaram a economia do reino à dependência inglesa. A conclusão não pode ser mais severa: após as invasões o estado do Portugal é um «sudário de miséria e solidão», patente no retrocesso demográfico, desequilíbrio financeiro, paralisia económica, desemprego, banditismo e fome.¹⁸

As fontes que Oliveira Martins dá mostras de haver compulsado são, entre algumas mais, a *História da Guerra Civil* de Luz Soriano, a *Historia de Portugal* de Henrique Shaeffer, as *Recordações* de Ratton;¹⁹ das manuscritas, a correspondência particular, a documentação da Intendência da Polícia, dirigida por Pina Manique, e talvez testemunhas orais que parecem transparecer em descritivos de movimentações colectivas que evoca. Se ideologicamente se ponderarem os vectores que musculam a menção e análise das invasões francesas, apercebe-se o ataque ao Antigo Regime, visando, em especial, a actuação da dinastia de Bragança, responsável pela “podridão” do regime absoluto que em Portugal imperava. O príncipe regente D. João, «imbecil, indolente e avaro», personifica para o escritor essa inexorável decadência. Por outro lado, a anti-anglofilia leva-o a responsabilizar a Inglaterra pela política de reduzir o país a sua «mula de carga», resultando dessa abjecta subserviência a demissão do monarca do exercício do poder e à fuga, com a nação, em desespero, a voltar-se para a insurreição. O derrotismo extreme de Oliveira Martins conduziu-o, porém, a generalizações de conotação politico-ideológica a colidir, em vários aspectos, com a objectividade que uma imparcial interpretação dos factos atenuaria e até mesmo inverteria.

*

O escritor Manuel Pinheiro Chagas que subscreve fecunda produção literária²⁰ é, sem dúvida, o típico exemplo do efeito perverso de uma indesejável qualidade, a funcionar no domínio modelar da narrativa histórica: a dúvida não superada sobre o que é objectivo e onde começa o imaginado. De larga aceitação em seu tempo, o seu correntio estilo romântico, de comprovada mestria, seduzia a larga mancha de leitores féis. A *História de Portugal* que se lhe deve, constituída por oito densos volumes, demonstra a razão do êxito alcançado por este género de escrita entre um público predominantemente de cultura média e de proveniência social burguesa.²¹ Os reparos

¹⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 516 e 518.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 526 e 527.

¹⁹ Jacome Ratton, *Recordações [...] sobre ocorrências do seu tempo em Portugal [...] de Maio de 1747 a Setembro de 1810, [...]*, Londres, 1813.

²⁰ Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) frequentou a Escola do Exército, sobraçou a pasta da Marinha e Ultramar, foi lente do Curso Superior de Letras e membro do Conselho de Estado. Jornalista, escritor, historiador e orador, deu origem, através do pós-fácio de Castilho ao seu livro *Poema da Mocidade*, à célebre «Questão Coimbrã» provocada pela carta-resposta de Antero de Quental, «Bom Senso e Bom Gosto». Deixou uma vastíssima produção em originais e traduções, de folhetins, romances, ensaios, obras dramáticas, poéticas e históricas. Mariano Pinto disse dele: «Precisa de navegar em todos os mares, beber em todas as fontes, morder em todos os frutos». Ver entre outros: Francisco Inocêncio da Silva, *op. cit.*, XVI, pp. 288-297 e 416; António Ramos de Almeida, «Manuel Pinheiro Chagas», in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, dir. João Gaspar Simões, II, Lisboa, Edições Ática, 1947, pp. 573-583.

²¹ A *História de Portugal* desde os tempos mais recuados até à actualidade, primeiramente publicada em Lisboa pelo editor Matos, da empresa tipográfica Tallement Frères, 8 volumes, s/d (1867-1874), foi segundo o plano de F. Diniz, escrita em grande parte por Pinheiro Chagas, sobretudo o último, mas contou com a colaboração de Luciano Cordeiro, António Enes, E. A. Vidal, Alberto Pimentel e outros, como assinala o rosto na indicação «Por uma Sociedade de Homens de Letras». Na justificação introdutória (I, pp. 7-12), firmada por Pinheiro Chagas, rejeita-se a história anterior ao século XVIII, considerada «rígida e artificial», porque não se contentava «com eloquência natural dos factos», antes tomava por vias: a teologia providencialista de Bossuet, as «suposições ocas de Vico», as «frívolas negações de Voltaire» ou os pressentimentos luminosos de Gibbon». Ao irromper o iluminismo, abraça-se «a ideia do povo como agente principal da história» e as transformações da civilização. Os historiadores, «mineiros do passado», desentranham dos cartórios documentos em que se fora gravando a «vida das gerações. Seguindo a «investigação moderna» espelhada na obra *Le Portugal (L'Univers Pittoresque)* do literato francês Ferdinand Denis (1798-1890), publicado em 1846 e traduzido entre nós sob a epígrafe *Portugal Pitoresco ou Descrição Histórica deste Reino* (Lisboa, 1846-1848), anterior à *História de Portugal* de Alexandre Herculano, livro influente que considerava «completo para a época», sublinha ter-lhe conservado a «formosa moldura e mantido o quadro quanto as

mais generalizados que à obra são feitos incidem: na carência de documentação de fontes arquivísticas; no teor dispersivo do fio narrativo; no pendor híbrido da construção dos eventos e na moldura envolvente dos agentes históricos.²² No tema em causa, porém, o que apresenta esta *História de Portugal* relativo às invasões francesas?²³

Antes de mais, o relato do acontecimento é exposto enquadrado no paradigma antecedente-consequente e na teia a ligar os sucessos militares, tudo inserido no contexto histórico-político coevo peninsular e europeu. A síntese perseguida reflecte sem dúvida uma preocupação diacrónica e sincrónica, com dados quantitativos a registar, mas enxameada de juízos de valor, de termos polémicos de gosto duvidoso, de empolamentos retóricos. Atravessa-lhe a narrativa discursiva o ideário patriótico próprio da época ultra romântica em conjunturas afins. O escopo factual escolhido acaba por dar realce, naturalmente, aos interventores individuais e colectivos que tornaram possível a resistência vitoriosa.

Para Pinheiro Chagas, o recurso ao Bloqueio Continental foi «a verdadeira causa da queda de Napoleão». Tomada a partir do tratado de Fontainebleau, a decisão de invadir Portugal, para quem não era viável a neutralidade, estrategicamente não resultou. Por outro lado, o comportamento dúbio do Príncipe Regente e do Governo, ao recorrerem a soluções de desespero, não contribui senão para o reino sentir o desprezo da Europa, em particular dos franceses e ingleses. O anti-bragantismo que assume, logo o patenteia, quando acusa D. João de inepto pela forma como exerce o poder. A descrição da partida da corte para o Brasil, decalcada na obra do historiador brasileiro Pereira da Silva, é julgada com extrema severidade: «Estava consumada uma das maiores vergonhas da história portuguesa. A longa série de humilhações, a que o governo do príncipe regente nos sujeitara, cerrava-se com esta fuga covarde e este abandono de Portugal, sem organização nem defesa, nem ao menos conselhos animadores, à invasão do estrangeiro».²⁴ A rebelião do povo contra o invasor espelha o valor patriótico e a exaltação da liberdade e independência nacional. Nesta mesma linha se irá entroncar o ideário da revolução liberal de 1820: «As invasões francesas em toda a Europa deixaram os germens da liberdade, nuns países arraigando as modernas instituições revolucionárias, estabelecendo a igualdade civil, essa grande conquista de 89, e estabelecendo uma sombra de instituições parlamentares que sempre eram a ténue alvorada do regime constitucional; noutros países ferindo o sentimento popular, e despertando o povo adormecido que, defendendo os seus lares, teve também a consciência de si mesmo. Foi isso o que sucedeu em Espanha e em Portugal. Abandonado pelos reis e pela nobreza, aqui o povo pode ver praticamente a verdade da famosa teoria de Sieyès. Achando-se sozinho em campo, o terceiro estado pode dizer também: “O que tem sido até aqui o terceiro estado? Nada. O que deve ele ser? Tudo».²⁵ A marcha de Junot desde a fronteira espanhola até Lisboa, de tão minuciosamente descrita, permite traçar uma cartografia da primeira invasão. O próprio contingente militar girondino é apresentado em seus quantitativos numéricos o que dá ao descritivo uma coloração objectiva.

investigações recentes permitiram». Este trabalho colectivo, afirma ainda, é «Todo de compiladores e compendiadores, reputando-o em sua «forma essencialmente popular» de «utilidade incalculável». Informa Inocêncio (t. XVI, p. 291) que, conforme explica o Autor no prólogo da segunda edição, muito melhorada e ampliada em 12 volumes com gravuras intercaladas no texto, foi abandonado o plano de Ferdinand Denis, «não havendo entre a obra do escritor francês e a obra portuguesa nem a mais leve relação». A terceira edição, já póstuma, ilustrada e de grande formato em 12 volumes, ainda frequente, tem por rosto: Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal Ilustrada*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1898-1903.

²² A propósito do valor científico desta obra, Fortunato de Almeida (*op. cit.*, I, p. 11) afirmou: «As circunstâncias em que Pinheiro Chagas escreveu a sua *História de Portugal* não permitiram que o êxito do historiador igualasse o seu formosíssimo talento. Obra extensa e volumosa, carece, contudo, de inteireza de plano e harmonia de proporções; tem excessos de difusão e desvios e falta-lhe com frequência o pormenor característico e valioso; e, pior que tudo, a obra foi elaborada quase exclusivamente à vista de fontes tradicionais, sem utilização de novos elementos que corrigem, modificam ou completam a exposição de antigos escritores». Por sua vez, Fidelino de Figueiredo (*op. cit.*, p. 364) anotou: «A *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, vasta e sugestiva compilação, foi por muito tempo preferida fonte de informação e juízo, em breve em concorrência com as ideias de Oliveira Martins». Acentuando-lhe o cariz doutrinário, António Ramos de Almeida (*loc. cit.*, p. 582) escreveu: «A sua *História de Portugal* foi o fundo ideológico de todo um exaltado patriotismo, baseado na citação histórica, na metáfora histórica, na contínua glorificação dos factos e das figuras históricas».

²³ A narração histórica das invasões napoleónicas encontra-se na primeira edição da *História de Portugal*, vol. 8, capítulos XVI a XX, pp. 203-290, havendo uma errata na numeração dos capítulos, pois aparecem dois com a indicação: XVIII (pp. 267-280). Na 3ª edição ilustrada, a mesma evocação vem inserida no vol. 7, pp. 470-596, capítulos XXVIII, XVIII e XXIX e nos 3 primeiros do vol. 8, pp. 5-68, em que termina a retirada de Massena, começando o cap. IV com a defesa de Campo Maior e o ataque a Badajoz pelo exército anglo-luso. Do cortejo dos textos conclui-se que é integralmente o mesmo, sendo, por conseguinte, Pinheiro Chagas, o autor. Por isso citamos sempre a 1ª edição, actualizando a ortografia.

²⁴ Cf. Pinheiro Chagas. *História de Portugal*, vol. 8, p. 3.

²⁵ *Ibidem*, p. 238.

Três factos, apodados de vexatórios, ressalta o historiador na política aplicada por Junot a Portugal: a promulgação do decreto que confisca aos ingleses os seus bens; a proibição do uso de armas de fogo defensivas; o recrutamento de soldados para a legião lusitana a integrar no exército napoleónico. Refere as delações de colaboracionismo apontado a fidalgos e clérigos, rotulando o facto de aviltante. Atribuem-se os movimentos de insurreição popular à carga fiscal imposta por Junot e a derrocada de Napoleão à rejeição pelos povos do projecto imperialista. A sublevação de norte a sul do país é pormenorizadamente descrita como sintoma de união e de unidade face à dura administração do ocupante, sublinhando: «O povo fazia-lhe também uma guerra feroz, os padres e os frades davam o exemplo», a ponto de sofrer em Leiria, Évora e Beja sangrentos massacres. Dois aspectos desta reacção popular merecem-lhe, porém, desaprovação: as violentas manifestações anti-semíticas e anti-francesas na caça aos jacobinos, controlados pela Junta do Porto, e a distribuição de armas pelo povoleu que causa inúmeras desordens, aliás reprimidas pelos ingleses. O quadro dos malefícios da invasão de Soult é atenuado pela imagem que dele traça: benquisto do povo pela disciplina imposta e pelo porte humano acentuadamente diferente de Junot, e mais ainda de Massena, a quem atribui as maiores atrocidades. Não esconde, todavia, as barbaridades cometidas pelos populares, ao tirarem desforço dos horrores sofridos pela soldadesca francesa, fazendo-lhe uma montaria com as feras e privando-a de todos os recursos para sobreviver.²⁶ Os queixumes do povo estendiam-se também aos aliados ingleses, a ponto da gente das aldeias «começar a não distinguir bem os adversários que atacavam dos aliados que a defendiam».²⁷ Daí fazer passar a conclusão: «Não admira pois que na tradição popular a vinda dos franceses e dos ingleses fosse considerada duas invasões diferentes e igualmente nefastas, e que por mais de uma vez nas cisternas campesinas, onde a vingança sumária das aldeias sepultava os cadáveres dos insolentes estrangeiros, se misturasse a farda vermelha dos ingleses com o uniforme odiado dos soldados de Napoleão».²⁸

A resistência que lhe moveram traduziu-se na política da terra queimada, no que segue a obra de Cláudio Chaby, sendo a derrota que Massena sofreu nas linhas de Torres «um dos planos mais gigantescos, que um homem de guerra pode imaginar».²⁹ Daí concluir que Wellington mais que defender Portugal defendeu a Inglaterra e a Europa.³⁰ Na sua análise interpretativa, acentua-se que o povo português não passou de vítima sacrificada à fraqueza da regência, permitindo que, «em vez de sermos escravos de França», continuássemos a sê-lo dos ingleses.³¹ Este foi o drama das invasões napoleónicas e a lição a extrair do que aconteceu ao país que as teve de sofrer.

Como fontes, menciona: a *História do Estabelecimento do Constitucionalismo*, de Luz Soriano, a de Cláudio Chaby, *Excertos Históricos*, e a colecção dos documentos relativos à guerra denominada da Península, e às anteriores de 1801, e do Roussillon e Catalunha, I, (Lisboa 1863) que são as mais citadas; e Pereira da Silva, *História da Fundação do Império Brasileiro*, I (2ª ed. 1870); *Histoire de l'Empire*, II (1866), de Augustin Tiers; António Mexia Fouto Galvão Pereira, *Évora em seu abatimento gloriosamente exaltada; Colecção das ordens do dia do ilustríssimo senhor Guilherme Carr Berresford* (1809); *Panfletos* contra Napoleão e Junot e narrativas de testemunhas oculares.

*

Ao formular, no limiar do último quartel do século XIX, o que entendia ser o ofício do historiador, Latino Coelho afirmava não bastarem apenas os impressos «para quem haja de narrar miudamente os feitos» do passado recente, pois a «perquisição das causas, que influíram ou determinaram sucessos, e o seu mínimo complemento sobre o seu espírito e significado na história da civilização» eram indispensáveis. Pode, assim, verificar-se que, com a maior ou menor pertinência, estes critérios metodológicos são seguidos nas obras analisadas. Mas importará, no entanto, reconhecer que a historiografia estudada apresenta uma visão das invasões francesas duplamente conotadas com a estratégia político-militar napoleónica e o estado da sociedade que lhe sofreu o impacto. Na construção da narratividade, da sua marcha e dos condicionalismos interferentes no desenrolar dos eventos, a ideologia dos autores sobrepára sem que, todavia, a objectividade factológica, apesar do véu mental envolvente, saia, no fundo, afectada. Por isso, justifica-se, quando o pretexto surge, revisitar estes documentos historiográficos.

²⁶ *Ibidem*, p. 286.

²⁷ *Ibidem*, p. 269.

²⁸ *Ibidem*, p. 267.

²⁹ *Ibidem*, p. 287.

³⁰ *Ibidem*, p. 290.

³¹ *Ibidem*, p. 311.